

Comunicação Pública e Política – Pesquisas e Práticas

DOI: 10.1590/1809-58442018313

Maria das Graças Pinto Coelho¹

<https://orcid.org/0000-0002-6820-008X>

¹(Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia. Natal – RN, Brasil).

WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C.; (Orgs.).
Comunicação Pública: práticas e pesquisa. Porto Alegre: Insular, 2017.

Este livro-coletânea, organizado por Maria Helena Weber, Maria Pfeiffer Coelho e Carlos Locatelli, resume uma agenda de pesquisa de mais de uma década que busca entender como a comunicação pública no Brasil influencia os eventos históricos, a política, a sociedade e afeta práticas comunicacionais de longo prazo. O livro se destaca no percurso conceitual da comunicação pública no país, demonstrando como esse conceito vem sendo aproveitado para classificar ações, discursos, produtos e a publicidade de governos, assim como para defender relações entre a sociedade, o Estado e dispositivos comunicacionais e midiáticos. Os textos apresentam testes empíricos e exemplos ricos sobre as causas e as consequências da variabilidade institucional sobre o campo da Comunicação e da Política nos últimos 15 anos, o que coincide com a ampliação do debate público sobre a comunicação e seus dispositivos midiáticos que, na circulação dos significados, produzem e reproduzem práticas sociais. Reúne 31 artigos de 31 autores que atuam em 16 universidades brasileiras e quatro universidades do exterior. Os autores, em suas análises, apresentam resultados de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica e, em suas conclusões, apontam para um eixo problematizador nas diferentes experiências epistemológicas vivenciadas: o interesse público da comunicação, ou sua função social.

O livro apresenta aspectos históricos, acontecimentos e relações da comunicação com o debate no espaço público, problematizando a realidade ao induzir explicações e respostas simples a conflitos e situações de desequilíbrio, liberdade, igualdade e justiça. Essa proposta certamente contribuirá, também, para uma distribuição mais equitativa dos saberes sobre a temática da comunicação pública e política em espaços acadêmicos de formação e pesquisa.

Apresenta aos leitores partes da revolução que ocorreu nas pesquisas em Comunicação nas duas últimas décadas, aquela que, segundo os organizadores:



[...] é a pesquisa que desagrade aos poderes porque ela pode mostrar como a manipulação, o controle, o silenciamento e a repressão são exercidos. A pesquisa das áreas das ciências sociais, política e humanas é o lugar da comunicação capaz de interferir, refletir e tornar visíveis as coisas do poder (WEBER; COELHO; LOCATELLI, 2017, p.12).

Lembrando que a produção científica não circula como deveria, apesar de sofisticados repositórios, o que silencia as reflexões, mesmo inacabadas, sobre os aspectos que capturam a realidade brasileira. E muitas vezes não acontece também porque a produção acadêmica da área continua a ser editada para pequenos grupos de acadêmicos e sem a preocupação por parte de algumas redes de dar linearidade temática ao testar metodologias, debater conceitos e excluir incertezas.

O foco das pesquisas aqui apresentadas é no uso intensivo de dados e experimentos aleatórios para entender que políticas e regimes de visibilidades funcionam e quais não funcionam nas articulações entre Sociedade, Meios de Comunicação e Estado. E como os temas de interesse público mobilizam atores sociais em arenas distintas. O livro inclui temas como redes de comunicação pública. Disputas de narrativas entre grupos econômicos, instituições, grupos sociais e Estado na repercussão dos acontecimentos e normativas das políticas públicas de comunicação.

A organização da obra busca modos para identificar e analisar a comunicação pública em diferentes cenários, apontando os acontecimentos públicos que se desdobram em debates capazes de mobilizar poderes. Também destaca ações e produtos gerados por instituições que interferem na comunicação pública. A divisão proposta é de ordem funcional, mas os textos conversam entre si. A leitura tanto pode ser feita por capítulos, por temas, ou por objetos empíricos de interesse.

O primeiro capítulo, intitulado *Redes e Poderes*, tem por objetivo fixar e sustentar hipóteses sobre a comunicação pública na perspectiva normativa. O segundo capítulo, *Acontecimentos*, apresenta textos sobre acontecimentos públicos que permitem identificar o movimento mais completo do conceito de comunicação pública. Marja Pfeiffer Coelho, por exemplo, problematiza no texto “*Santiagraha: a constituição de um acontecimento público*”, o porquê e como estudar um acontecimento assim qualificado. A análise de uma operação da Polícia Federal sob o viés do “*acontecimento público*” revela muito sobre as relações entre mídia e política naquele fato histórico, mas também pode ser transposta para vários casos policiais envolvendo corrupção, política e poder, que tomaram conta da agenda pública brasileira desde 2016.

No terceiro capítulo, *Debates* – são identificados diferentes públicos, instituições, redes e grupos sociais mobilizados em torno de temas vitais e controversos que podem acionar debates e deliberações que envolvem a opinião pública, os *media* e o Estado. O quarto capítulo, *Instituições* – reflete sobre as práticas da comunicação pública e as disputas das narrativas que envolvem o debate possível, marcando a contradição do discurso publicitário

com o do Estado sobre objetos culturais e a propaganda institucional das empresas, por exemplo. No quinto capítulo, *Porto Alegre, a Experiência* – foram reunidos textos, testemunhos, resultados de pesquisas, teses e dissertações que refletem as experiências de comunicação governamental do município, desenvolvidas no período da Administração Popular, o governo da Frente Popular liderada pelo Partido dos Trabalhadores entre 1989 a 2004. Neste capítulo, são analisados os sistemas de comunicação diferenciados, as estratégias e o funcionamento do monitoramento do Rádio, programa de Televisão, jornal impresso *Porto Alegre Agora* e a primeira experiência de *Internet* e o Orçamento Participativo.

Talvez um livro com esse escopo e com essa variedade de pesquisas ancoradas em múltiplas epistemes, com perguntas conceituais e recortes analíticos ao mesmo tempo simples e variados, seja pioneiro no campo da Comunicação e estes sejam os primeiros pesquisadores a traçar um retrato da comunicação pública associada às políticas públicas brasileiras com um foco em incentivos e na utilização de dados e uso intenso das análises para testar suas hipóteses, resultando em um compêndio importante para os estudos da área da Comunicação Pública e Política no país. Ele também deveria ser leitura obrigatória para qualquer pessoa interessada em entender sobre as relações da comunicação – inclusive com dispositivos interacionais - política e sociedade, em processo avançado de midiatização com a expansão da circulação de informações.

Referências

WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (Orgs.). **Comunicação Pública**: práticas e pesquisa. Porto Alegre: Insular, 2017.

Maria das Graças Pinto Coelho

Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1985), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002). Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia. Coordena o grupo de Pesquisas GEMINI - Grupo de Estudos da Mídia. E-mail: gpcoelho8@gmail.com.

Recebido em: 10.05.2018

Aceito em: 09.11.2018

